

## DA OCUPAÇÃO DOS LUGARES SINTÁTICOS DE SUJEITO E OBJETO - RETROSPECTIVAS

CHRISTIANE MIRANDA BUTHERS<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>Doutoranda em Linguística Teórica e Descritiva pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Linguística Teórica e Descritiva pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Língua Portuguesa pela UNIGRANRIO. Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Professora da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FAGIG). christianebuthers@gmail.com

### RESUMO

Este artigo objetiva realizar uma retrospectiva dos aspectos semântico-sintáticos relacionados à ocupação dos lugares sintáticos de sujeito e objeto. Através da análise de textos de vários autores, objetiva-se chegar a uma constatação de que não apenas aspectos relacionados à sintaxe influenciam na localização e na identificação do sujeito, como também fatores relacionados aos modos de enunciação desempenham um papel considerado fundamental. Conclui-se que é de extrema importância o poder da enunciação no trabalho de investigação linguística, tendo em vista que ela amplia as possibilidades do estabelecimento de uma gramática realmente diferenciada – que considere aspectos exteriores como constitutivos dos fatos gramaticais, pois a grande questão para a Linguística é *onde* colocar a *exterioridade*.

**Palavras-chave:** Enunciação; Lugar Sintático; Objeto; Sujeito.

### OF THE OCCUPATION OF THE SUBJECT PLACES OF SUBJECT AND OBJECT - RETROSPECTIVES

### ABSTRACT

This article aims to perform a retrospective of the semantic-syntactic aspects related to the occupation of the syntactic places of subject and object. Through the analysis of texts by several authors, we aim to arrive at a finding that not only aspects related to syntax influence the location and identification of the subject, but also factors related to the modes of enunciation play a fundamental role. It is concluded that the power of enunciation in the work of linguistic research is extremely important, since it extends the possibilities of establishing a truly differentiated grammar - which considers external aspects as constitutive of grammatical facts, since the great question for the Linguistics is where to put the exteriority.

**Keywords:** Enunciation; Synthatic Place; Object; Subject.

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho em questão visa a uma retrospectiva dos aspectos semântico-sintáticos relacionados à ocupação dos lugares sintáticos de sujeito e objeto. Através da análise de textos de vários autores, objetiva-se chegar a uma constatação de que não apenas aspectos relacionados à sintaxe influenciam na localização e identificação do Sujeito, como também fatores relacionados aos modos de enunciação desempenham um papel considerado fundamental.

O estudo inicia-se com uma reflexão sobre a visão das gramáticas tradicionais em relação à Sintaxe, seguindo em direção à análise dos estudos de Fillmore (1972), com a Teoria dos Casos – enfocando as cenas e os eventos; até os estudos de Milner (1989), que analisam a pertinência da classe de palavra com o respectivo lugar sintático que ocupa – uma exterioridade do linguístico quase com relação a ele mesmo. Através de exemplos, busca-se um entendimento mais apurado dos aspectos linguísticos vislumbrados nas variadas perspectivas que aqui serão apresentadas. Espera-se, ao final, possibilitar uma visão mais amplificada e nítida dos processos sintáticos, bem como encontrar subsídios para investigações futuras.

## 2 A SINTAXE E AS GRAMÁTICAS DE LINHA TRADICIONAL – ASPECTOS HISTÓRICOS

A primeira gramática surgiu em 1536. Nela, Fernão de Oliveira (1536), em citação a Marco Varrão, gramático latino, expressa a diversidade da representação da língua. Há, em suas palavras, uma louvação do grego e do latim, que são perfeitos por retratarem a diversidade do mundo. Fernão de Oliveira (1536) encarna o Renascimento com essa visão. Para ele, as palavras retratam o estado no mundo, as cenas. Assim, o conceito de análise sintática está concentrado na cena, e a cena tem compromisso histórico. Por isso, exemplos não podem ser considerados como demonstração de língua, mas são a captação política de cenas fixadas na história; ou seja, na elaboração de gramáticas, os exemplos não podem ser escolhidos aleatoriamente. A fim de clarificar, tem-se que não é possível encontrar: “O homem castiga Deus”, pois, segundo o autor, esse não é um caso para se produzir uma análise linguística, pois está totalmente desconectado do estado das coisas no mundo (cf. OLIVEIRA, p.62). Para o gramático, os artigos servem para diferenciar o sujeito, enquanto as combinações de artigos com preposições (do, da, dos, das) introduzem um objeto indireto. Como demonstração, temos:

- a) O homem senhoreia o mundo.  
 ↘ Substantivo introduzido por artigo, antes do verbo (caso prepositivo)
- b) Deus senhoreia o homem.  
 ↘ Substantivo introduzido por artigo, após o verbo (caso pospositivo).

Dessa forma, se pelos artigos não for possível diferenciar o sujeito, recorrem-se aos casos. Vejamos o que o autor esclarece:

Este he o ajuntamento dos artigos os quaes juntos com os nomes declararão nelles tudo o que os casos latinos e antros gregos os casos e artigos juntamente: e assi como a nossa lingua faz tudo quãto essoutras co mais brevidade e facilidade e clareza: assi també e mais de louvar sua perfeição.” (OLIVEIRA, 1536., p.63).

Ainda é possível esclarecer que, na gramática de Fernão de Oliveira (1536), não existe o termo “sujeito”. O autor trabalha com posições sintáticas, mas não nomeia sintaticamente os elementos que as ocupam.

Já a Gramática de Port Royal, que data de 1632, abre uma reflexão sobre a arte do pensamento. Tal gramática ancora essa perspectiva nas palavras de Descartes: “Penso, logo existo”. De acordo com a posição assumida por essa gramática, são quatro as principais operações do espírito humano: conceber, julgar, racionalizar e ordenar (metodizar). O homem comum não é capaz de explicitar essas quatro operações, mas é capaz de fazê-las.

*Conceber* é fazer a distinção dos objetos no mundo. Os nomes, então, são resultado de uma captação, de uma operação do pensamento. O que aparece como natural é dom de Deus. Para Platão, ao contrário, a relação nome-coisa é projetada pela razão, sendo, portanto, natural, não resultante de uma operação. *Julgar* é a relação, e mera relação, que se estabelece entre as ideias. *Racionalizar* é a relação com interferência humana, sendo uma espécie de avaliação. *Ordenar* é ter o método para captar, relacionar e avaliar – é o “modo”, conforme prega a ciência.

Nessa perspectiva, nasce a Sintaxe, que é a relação entre palavras e ideias, subjugadas à razão. O que sustenta a relação sintática é a relação de pensamento da operação. Inserir essa relação na cena é o que sustenta a função sintática. Dessa forma, concebe-se que a Sintaxe nasce na segunda operação do espírito – julgar. Essa capacidade permite lidar com as concepções gramaticais, inclusive com a concepção de “Sujeito”. O sujeito, assim, é a relação de uma ideia à outra; nesse relacionamento, a segunda ideia nega ou afirma a primeira, que é o sujeito. Vejamos:

- |   |   |  |
|---|---|--|
| <p>c) A Terra é <u>redonda</u>.<br/>    ↘ Sujeito</p>     | } | <p>O sujeito, nesse caso, funciona como tópico<sup>1</sup>, recebendo a relação.</p> |
| <p>d) A Terra <u>não é redonda</u>.<br/>    ↘ Sujeito</p> |   |  |

A partir de 1632, não houve nenhuma inovação quanto à noção de Sujeito; apenas alterações. A gramática de Barbosa (1822), por exemplo, recebeu influência da Gramática de Port Royal, com uma sofisticação: a Sintaxe não está na superfície; não é mera sequenciação de palavras – é uma ordem sistemática. Existe uma relação entre as palavras e o mundo, nesse sentido.

<sup>1</sup> Tópico: Parte da sentença sobre a qual se veicula informação

### 3 ENUNCIÇÃO E GRAMÁTICA: O CAMPO DE PRODUÇÃO DE GRAMÁTICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

As gramáticas apresentam três perfis: as de linha tradicional, as de base formal e as de base funcional. A gramática tradicional consubstancia-se pela normatividade. Como exemplos de gramáticas que seguem essa linha nos últimos vinte anos, pode-se citar a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha e Cintra, sendo a 1ª edição datada de 1966, e a última datada de 1985, quando recebeu reformulações; ainda, a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, editada em 1961, sofrendo revisão em 1999, sendo influenciada por modelos estruturalistas e funcionalistas. A gramática de base formal caracteriza-se pela descrição dos fatores morfossintáticos. Como exemplo, podemos citar a *Gramática Descritiva do Português*, de 1995, escrita por Mário Alberto Perini, cujo ponto básico é a descrição do esqueleto estrutural da língua, independente das variações. A gramática funcional demonstra o funcionamento da língua de acordo com a maneira como é usada pelos falantes. Como exemplos, tem-se *Uma Gramática de valências para o português*, de Francisco Borba (1966), que associa propostas sintáticas de Harris e Tesnière à gramática de casos de Fillmore (1972), unificadas numa teoria dos predicados – as relações entre os predicados e seus argumentos ganham estatuto sintático-semântico; também, *Gramática de usos do Português*, de Moura Neves (2000), que descreve itens da língua, desde o sintagma até o texto; tem aspectos normativos com objetivos comparativos (adequação/inadequação em diversos gêneros textuais).

#### CONCEPÇÃO DE GRAMÁTICA

As gramáticas se sustentam sob três pilares: projeção de completude, conformação tipológica e diretriz pedagógica. A *projeção de completude* é duplamente afetada pela unidade linguística que hi storicamente se projetou, pois a língua não tem completude em si mesma, beneficiando-se da força aglutinadora do idioma (aglutinada no imaginário social); e também por coerções de ordem histórica. A gramática tem compromisso com uma integralidade da língua. No Brasil, as gramáticas se desenvolvem sob três perspectivas: o saber sobre a realidade – gramática clássica; os traços da configuração orgânica – as gramáticas de linha tradicionalista; e os usos a partir de um *corpus* – gramáticas de linha funcionalista.

A *conformação tipológica* é a relação necessária com o gênero que representa determinada gramática: não significa que uma nova gramática não possa fazer deslocamentos ou elaborar novas definições; mas que deva manter alguma forma de diálogo ou referência com a história do gênero no qual se inscreve.

A *Diretriz Pedagógica* refere-se à projeção de completude e à estabilidade tipológica, que favorecem o ensino da língua com o abastecimento pleno dos currículos, com a concentração do saber consolidado e estável, adequado à prática.

As gramáticas modernas desvencilham-se do conceito de gramática como manual para consulta; mas, ainda assim, mantêm uma diretriz pedagógica, pois retratam uma perspectiva informativa, explicitando as variações de uso, além de oferecerem uma síntese das pesquisas em linguística. Todavia, rejeitam a perspectiva “doutrinária” no ensino da língua.

## PERFIL DAS GRAMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS NO BRASIL: APREENSÃO DA LÍNGUA E CONCEPÇÃO DO FATO GRAMATICAL

### Apreensão da língua

O campo de produção é segmentado em três perfis, os quais são descritos a seguir:

(a) As gramáticas de linha tradicional, com configuração do pensamento na representação do real. Ou seja, elas buscam mostrar as formas para representar esse real, além demonstrar regras a partir do trabalho de escritores renomados, com o objetivo de fornecer padronização na autoridade desses escritores. Elas se interessam também pela descrição da relação entre a língua e o real, isto é, elas demandam um esforço para operacionalizar a língua a partir de padrões estéticos ou lógicos. Sob essa ótica, os exemplos demonstrados valem como “paradigmas”, servindo de modelo a ser seguido. Tais gramáticas ainda mantêm o conceito de “correção”, com o pressuposto de que há um estado de língua deficitário, que se transforma numa justificativa para a sua interferência. Dessa forma, a habilidade do uso é confundida com o domínio da norma culta, daí decorrendo o apego a esse tipo de gramática no ensino de português nas escolas.

(b) A gramática, como estrutura, apresenta coerções de ordem formal (morfológicas e sintáticas). Esta se vale dos exemplos como demonstração da produtividade da regra, sendo produzido pelo próprio gramático, equivalendo a quaisquer outros – é uma peça, dentre outras, de igual propriedade. Gramáticas dessa natureza prezam pela determinação do repetível, pelo efeito de homogeneidade das construções. Nesse sentido, conhecer uma língua envolve a aquisição da capacidade de aplicar a uma sequência linguística o conjunto de traços formais estruturantes dessa sequência.

(c) A gramática de base funcionalista tem o papel de explicitar os usos da língua segundo padrões regulares, independentemente de prestígio no meio social. Tem um caráter informativo e conhecer a língua, nessa perspectiva gramatical, envolve a exposição à diversidade dos seus usos.

### A concepção do fato gramatical

O suporte é fornecido por três condições diferentes: distributivas, atributivas e operativas. Fazendo uma incursão nos conceitos dos elementos sintáticos sujeito e objeto, tem-se:

(a) Condições distributivas – conformação de unidades na cadeia; relação de interdependência.

#### Linha Tradicional:

↘ Nós escrevemos um artigo sobre gramática.

Nesse exemplo, o membro da cadeia é da ordem do linguístico. Ou seja, o ser indicado no conceito – o sujeito é o ser sobre o qual se faz uma declaração – é exterior ao linguístico. Conhecer a categoria sintática de um ser implica aprender a realizar uma convergência, pela qual uma exteriorização adquire pertinência no discurso sobre a linguagem.

Linha Formal: a base está nas características morfossintáticas (concordância), contraídas pelo sintagma nominal e o verbo. Nessa concepção, o sujeito é um aspecto da organização formal. Nas palavras de Perini (1995), “sujeito é o termo da oração que está

em relação de concordância com o NdP<sup>2</sup>”. Quanto ao objeto, é um termo concebido a partir de uma informação pertinente ao verbo enquanto item lexical.

Nas condições distributivas, o verbo, em estado dicionário, não têm condições de “exigir” nenhum sujeito, nem de “recusar” nenhum complemento.

Conforme exposto no parágrafo sobre a linha formal, a definição de Perini (1995) para o elemento sintático diz respeito àquele “termo que mantém uma relação de concordância com o NdP”. Então, vejamos:

(a) Eu vos declaro marido e mulher.  
           ↓                          ↓  
       Suj.(1a.p. sing.) / des. número-pessoal (1a p.sing.)

(b) Vendi meu jegue.  
       ↑

Para Perini (1995), a oração em (b) não tem sujeito, pois não tem nenhum elemento sintático na oração estabelecendo concordância de número e pessoa com o verbo “vender”. Já para Bechara (1961), tal sentença tem, sim, o elemento sintático sujeito; ele apenas não está representado lexicalmente. A análise sintática do sujeito é precedente à do objeto direto.

(b) Condições atributivas – nessas condições, há a projeção de lugares das unidades na cadeia, chamados de lugares-suporte. Nessa linha de raciocínio, o constituinte “sujeito” tem seu lugar como atribuição feita pelo estatuto lexical; ou seja, o elemento recebe seu estatuto sintático pelo argumento previsto e selecionado por essa unidade lexical ou pelo estatuto morfossintático do verbo, que pressupõe morfemas de número e pessoa.

(a) Eu vendi meu jegue. (Sujeito: 1a pessoa do singular)

(b) Vendi meu jegue. (O sujeito não é expresso lexicalmente; porém, é localizado pela terminação verbal. )

Para Bechara (1961), o sujeito é mais complexo, pois segue duas direções: uma gramatical e outra lexical. Retomando os exemplos acima, tem-se:

(a1) Eu vendi meu jegue.

<i>Sujeito Gramatical</i>	1a p.singular
<i>Sujeito Lexical</i>	Eu

(b1) Vendi meu jegue.

<i>Sujeito Gramatical</i>	1a p.singular	→ O lugar existe; porém, não foi ocupado.
<i>Sujeito Lexical</i>	.....	

<sup>2</sup> NdP é a abreviação condizente a “Núcleo do Predicado”.

No exemplo em (b1), o verbo contém a informação número-pessoal necessária para garantir a existência de um sujeito gramatical, muito embora ele não necessite aparecer lexicalmente realizado para garantir sua presença.

(c) Condições operativas – nessas condições, o preenchimento dos lugares de sujeito e objeto são previstos e repercutem fora da cadeia. Vejamos como se atendem a essas condições nas variadas gramáticas já mencionadas e retomadas a seguir:

Nas gramáticas de linha tradicional e de base formal, as condições operativas não se colocam pertinentes ao fato gramatical, não operando com o conceito de lugar. Para Bechara (1961), que opera com o conceito de lugar sintático, as condições de explicitação léxica, que regulam o acoplamento de um termo do lugar de sujeito, não guardam pertinência ao fato gramatical. Essas condições não estariam na órbita da gramática, mas na seara dos estudos do texto.

Nas gramáticas de base funcionalista, as condições de ocupação encontram-se na órbita do fato gramatical. Há o desenvolvimento de uma tipologia de papéis semânticos projetados pelo verbo – agente, experienciador, paciente, causativo –, que tomam a forma sintática de argumento-sujeito ou argumento-objeto.

(a) Eu vendi meu jegue.

	Argum1: Agente	Argum.2: Objeto
↓	Eu	meu jegue.

Informação semântica de alguém que vende (agente) e informação semântica do que é vendido (paciente).

Os gramáticos que trabalham com as condições operativas, necessariamente operam também com as condições atributivas e distributivas. Por outro lado, aqueles que trabalham com as condições atributivas, lidam apenas com as condições distributivas

#### 4 SOBRE SAUSSURE E O PERCURSO DA LINGUÍSTICA

O ponto básico de interesse da Linguística é a relação entre os signos na sua forma pura. Para Saussure (1966), todos os signos se interrelacionam entre si, pelo menos com um traço distintivo. Seu interesse era descobrir qual o verdadeiro “real”, aquilo que era, de fato, a propriedade da língua. Já para Benveniste “considerando esta atividade, a linguagem, em que tantos fatores são associados - biológicos, físicos e psíquicos, individuais e sociais, históricos, estéticos, pragmáticos, ele se pergunta: onde está o próprio da língua?” (1966, p.33). No momento histórico vivido por Saussure (1966), havia a necessidade de buscar o linguístico em si mesmo. Por isso, no século XIX, houve um rompimento de Saussure (1966) com seu tempo, passando a se interrogar a respeito da origem da língua. Saussure (1966) jamais pensou a língua como código, com a função da comunicação. Para ele, essa ideia reduziria o “real” da língua ao pragmatismo.

Porém, o projeto de Saussure vai se desvirtuando com o tempo. Outras visões foram construídas a partir de então – algumas, seguindo parte de seus pressupostos;

outras, investigando novas formas de análise da língua. Como exemplo, pode-se citar Chomsky (1981), com o advento de sua nova teoria – conhecida como gerativa, com o estudo da origem das estruturas, das condições de igualdade interlinguística e da relação entre mente e linguagem. Para ele, as línguas são iguais, mas se apresentam diferentes. Já os estruturalistas, dedicavam-se ao estudo do funcionamento das estruturas, bem como de suas interrelações. Na visão deles, as línguas são iguais, mas se estruturam de forma diferente:

A consequência evidente das duas hipóteses que acabam de ser evocadas é que – seja lá qual for a relação entre a linguística do cérebro e a linguística social – a própria ideia de questionar o estatuto da ordem simbólica e da castração como fato estrutural parece aí estritamente incongruente. Essa incongruência marcaca o lugar deixado em tal perspectiva para uma reflexão que pretende fazer valer, no espaço da pesquisa linguística, o jogo mallarmeano dos significantes, a incidência inconsciente do Witz (chiste) e de tudo o que, da língua, escapa ao sujeito falante: o lugar de um entre-atos engraçado dentro da seriedade da ciência, uma espécie de domingo poético do pensamento (PÊCHEUX, 1998, p. 23).

O que Pêcheux (1998) demonstra na citação acima é o que se pode chamar de “deslizar da metáfora”, o “jogo sobre as regras”, que é constitutivo do linguístico. Há uma relação intrínseca entre o orgânico (ocupação dos lugares), o “jogo nas regras”; e o enunciativo (condições de ocupação), o “jogo sobre as regras”.

Os pensamentos contraditórios dos variados autores servem para enriquecer as análises que se pretendem dentro da linguagem. Para Saussure, o próprio da língua não pode extrapolar o linguístico. Todavia, o metafórico é inerente à língua, como defende Pêcheux (1998). Citando novamente Benveniste (1966, p.231), “a linguagem é realmente o que há de mais paradoxal no mundo, e infelizes são os que não o veem”.

## **5 EM FAVOR DO CASO – AS IDEIAS DE FILLMORE**

Fillmore (1972) rejeita aspectos enunciativos como relativos à gramática. Esse autor retrata um período da teoria gerativa que não existe mais: os conceitos de estrutura profunda e de estrutura superficial das sentenças. Nessa ótica, o caso profundo comanda a relação entre os constituintes da sentença e o recebimento de caso na estrutura superficial é dependente do caso profundo. O caso é uma radiografia abstrata, ou seja, uma grade abstrata das noções do mundo. Para Fillmore (1972), a análise sintática funciona antes da sentença. O que interessa na sentença é a base (a marcação de caso) que governa qualquer estrutura, e não a estrutura em si. Relata, ainda, que os casos equivalem-se em qualquer língua. Quanto aos elementos sintáticos sujeito e objeto; para ele, não há diferença, pois são passíveis de receberem os mesmos casos: o sujeito é projetado pelo verbo, assim como é o objeto.

Fillmore (1972) não aceita a sintaxe feita com enunciação. Ou seja, o “domingo da enunciação”, nas palavras de Pêcheux, não faz parte dos estudos sintáticos. A enunciação é um acontecimento; portanto, tem ligação com uma memória e com a realidade, e não com noções propriamente sintáticas.

Fillmore (1972) amplia sua visão de casos com a adoção de eventos (cenas), que não são consensuais, e perspectivas (foregrounds). Nesse momento, ele evoca a semântica. As cenas estão na forma de organização dos pensamentos na mente (cenas



cognitivas) e são recuperadas no momento da enunciação (background). O pensamento é organizado em setores (frames: redes). As cenas cognitivas são estudadas pela semântica, ao passo que a organização dessas cenas para a estruturação da frase é feita pela sintaxe.

Construir a noção de sujeito e de objeto é produzir foregrounds (perspectivas), nucleação. Para entrar em perspectiva, o traço marcante é o caráter animado, segundo Fillmore (1972). Já para a gramática tradicional, apenas o sujeito seria a perspectiva; o objeto seria pano de fundo (cena cognitiva).

## 6 ANALISANDO EXEMPLOS A PARTIR DA ARTICULAÇÃO: A SINTAXE EM NOVAS DIMENSÕES

Do ponto de vista da organicidade, a língua comporta uma organização em unidades que se combinam entre si. A base dessa combinação é a sentença. Abaixo, encontram-se exemplos de como essas unidades se articulam na língua portuguesa.

(a) Casa de Pedro. (Subordinação)  
 ↘ articulador (produziu um recorte na referência).

(b) Pedro e Maria.  
 ↘ Articulação sem determinação.

Obs.: Conjunções e Preposições são sempre articuladores.

(c) Eles saíram.  
 ↘ Não tem um item articulador, mas a terminação verbal garante a articulação.

(d) Eles chegando, eu saindo.\*

\* Sair e chegar, nesse caso, são unidades flexionadas, pois saíram do infinitivo (se o verbo está flexionado, está marcando uma articulação). Não houve relação entre as palavras, mas houve articulação com o lugar sintático.

A concordância é um bom aviso de que tem um lugar de sujeito na proposição, envolvido na articulação.

(e) Andar de manhã é bom.  
 ↘ Não projeta lugar de sujeito; funciona, então, como substantivo (nome da ação).

## 7 PERSPECTIVAS DE OCUPAÇÃO DO LUGAR SINTÁTICO DO SUJEITO

A ocupação do lugar sintático do sujeito influencia na flexão verbal. São quatro as formas de ocupação; portanto, quatro tipos de produção de referência no verbo. A primeira delas diz respeito à referência interna, chamada de “enunciação”. Nessa forma, os elementos de ocupação do sujeito são os responsáveis pela identificação do próprio sujeito. Ao ocupar esse lugar, é feito um recorte. O lugar de sujeito ocupado não

individualiza o ser, mas projeta uma possibilidade de individualizar-se. Aliás, o sujeito não é um ser, mas um gesto para se chegar a ele e o compromisso das palavras não é atingir o ser. Na referência ancorada fora do sintagma, o lugar do sujeito pode não estar preenchido lexicalmente, mas não há inviabilização da garantia desse lugar. O lugar é garantido pelos morfemas flexionais do verbo. Quando a ancoragem é feita no aparelho da enunciação, a predicação necessita de uma base referencial e essa base referencial é o elemento sintático sujeito. Por isso, mesmo não estando representado lexicalmente no sintagma, ele pode ser localizado dentro do enunciado.

## 8 TEXTUALIDADE E GRAMÁTICA: RELAÇÕES EM CONSTRUÇÃO<sup>3</sup>

Os modos de enunciação vão estar diretamente aplicados à ocupação dos lugares sintáticos; daí, a sua projeção para os gêneros textuais. Para Dias (2005), a relação entre gramática e gênero textual não é tão simples. Essa relação deverá ser observada levando-se em conta os modos de enunciação. Os critérios textualizadores só valem dentro de um gênero, e não de um texto isoladamente. Podem-se citar, como exemplo, textos que se destacam pela prolixidade; também, há textos que são feitos para não terem coerência. Segundo o autor, é o gênero que impõe normas aos textos. É a prática que situa um texto dentro de determinado gênero.

Quanto aos modos de ocupação específico e genérico do lugar do sujeito, aventa-se que

o lugar de ocupação do sujeito pode não estar sendo ocupado em função do aumento no índice de generalização. O provérbio, por exemplo, tende a esconder o que é parcial; adquire um tom de verdade, de universalidade. Vejamos os exemplos:

(a) Pedro investiu muito em sementes ano passado. Plantou e colheu bem. Resultado: comprou um carro novo.

(b) “Plantou, colheu”.

Se “plantou e colheu”, no exemplo (b), está “amarrado” em um contexto narrativo cronológico, encaixa-se no que Dias chama de “modo de enunciação específico”. No provérbio, no exemplo (b), “plantou, colheu” é atemporal; portanto, “modo de enunciação genérico”. O modo de enunciação caminha para a especificidade.

## 9 A TEORIA DAS POSIÇÕES

Segundo Milner (1989), há duas propriedades dentro do fato sintático: o lugar (verticalidade) e a posição (horizontalidade). Ao formar sentenças, há a relação de contiguidade: os elementos vinculam-se uns aos outros, formando uma organicidade sentencial. Há, então, articulação (posição) entre as palavras e, por isso, o verbo deixa de ser infinitivo e ganha finitude.

Todavia, só o conceito de articulação (posição) não é suficiente para a sintaxe. A enunciação surge para complementar e explicar.

<sup>3</sup> DIAS, Luiz Francisco. “Textualidade e Gramática: relações em construção”. In: SCHONS, C.R. & ROSING, T. M.K. Questões de escrita. UPF: 2005

O lugar de sujeito pede um grupo nominal para ocupá-lo; no entanto, tem havido uma distorção: outro grupo tem ocupado esse lugar – os verbos no infinitivo, como se pode ver no exemplo abaixo:

- (a) Nadar é bom.  
    ↘ Sujeito (verbo no infinitivo)

Geralmente, substantivos e adjetivos ocupam o lugar do sujeito; o substantivo se caracteriza por ser “encapsulador”, ou seja, pode agrupar sentidos; e o adjetivo se caracteriza por ser “perspectivador”. Alguns substantivos, porém, podem trazer a ideia de perspectivação, ocorrendo convergência:

- (b) O idiota atrasou-se. (idiota: substantivo – ideia de perspectivação).

A enunciação ajuda a desvendar os possíveis lugares que podem ser ocupados pelo Sujeito, bem como quais as classes de palavras que podem vir a efetuar essa ocupação.

## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, foi possível observar e analisar aspectos sintáticos relevantes, retirados dos variados pontos de vista dos autores aqui mencionados. Segundo Pêcheux (2008), o jogo das regras faz parte da constituição orgânica das sentenças; o jogo sobre as regras, que é a conjunção entre o orgânico e o enunciativo, faz parte do sintático – o formalismo perde quando se prende apenas ao linguístico. Pensar no material e no simbólico de forma dissociada não é trabalhar o linguístico. O linguístico se produz entre o material e o simbólico. Benveniste (2005) esclarece que à Linguística não cabe apenas estudar o emprego das formas, mas o emprego da língua (aparelho formal da Enunciação). No emprego da língua, captamos o “homem”.

Já para Dias (2003, 2005), a ocupação do lugar de Sujeito é uma produção de recortes. Há uma subjetividade marcada sócio-historicamente. A ocupação dos lugares sintáticos está sob inspiração em Pêcheux (2008) e Benveniste (2005). Dizer como a língua funciona é dizer como funciona o arcabouço da ocupação dos lugares sintáticos.

Após a análise dos variados pontos de vista dos autores citados, confirma-se, então, a importância da enunciação no trabalho de investigação linguística, tendo em vista que ela amplia as possibilidades do estabelecimento de uma gramática realmente diferenciada – que considere aspectos exteriores como constitutivos dos fatos gramaticais, pois a grande questão para a Linguística é *onde* colocar a *exterioridade*.

## 11 REFERÊNCIAS

ARNAULD, A. & Pierre Nicole. **La logique ou l’art de penser**. Paris: Charles Savreux, 1662.

BARBOSA J. S. **Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa**. 1822, pp. 362-364.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa** – curso de 1º e 2º graus. 28. ed. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1961.

BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral I**. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri, com revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005. 387 p.

CHOMSKY, N. (1981). *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.

DIAS, L.F. A Sintaxe em novas dimensões. In: TOLDO, C.S. **Questões de Linguística**. UPF Editora: Passo Fundo, 2003.

\_\_\_\_\_. Énonciation et grammaire: le champ de production de grammaires dans le Brésil contemporain. In: GUIMARÃES, E. (org). **Un dialogue atlantique**. Paris: ENS Editions, 2005.

\_\_\_\_\_. Textualidade e gramática: relações em construção. In: SCHONS, C. R. **Questões de escrita**. UPF Editora: Passo Fundo, 2005.

FILLMORE, C. J. Subjects, speakers and roles. In: DAVIDSON, D. & HARMAN, G. (org). **Semantics of natural language**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Co., 1972. pp. 1-25.

GUIMARÃES, E. (org.) **Un dialogue atlantique**. Paris, ENS Edition, 2005.

\_\_\_\_\_. The case for case. In: BACH, E. e HARMS, R. (ed.) **Universals in linguistic theory**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.

\_\_\_\_\_. The case for case reopened. In: COLE, P. e SADOCK, J. M. (ed.) **Grammatical relations**. London: Academic Press, 1977. pp. 59-81.

MILNER, J.C. La théorie des positions. In: **Introduction à une science du langage**. Paris: Éditions du Seuil, 1989. pp. 357-408.

OLIVEIRA, F. **Grammatica da linguagem portuguesa**. 1536, p. 62.

PÊCHEUX, M. Sobre a (des)construção das teorias linguísticas. In: **Línguas e instrumentos linguísticos**. Campinas, n. 2, 1998. pp. 7-32.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Org. Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blickstein. 25 ed. São Paulo: Cultrix, 1996.